

CRISE ESTRUTURAL E SOCIETÁRIA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE “BOLSONARISMO PANDÊMICO”

STRUCTURAL AND SOCIETAL CRISIS: PRECARIOUSNESS OF WORK IN TIMES OF “PANDEMIC BOLOSONARISM”

CRISIS ESTRUCTURAL Y SOCIAL: PRECUIDAD DE TRABAJO EN TIEMPOS DE “BOLOSONISMO DE PANDEMICO”

Diego Pessoa Irineu de França¹
diego.franca@professor.pb.gov.br

Resumo

O presente texto reflete sobre os principais desdobramentos da crise estrutural do capital para o mundo do trabalho no Brasil, particularmente a partir de um contexto que une acentuação do estado de calamidade pública ao desmonte sistemático dos direitos que aprofundam a precarização. Essa combinação esdrúxula denominamos “bolsonarismo pandêmico”. Desse modo, identificamos como uma situação de incertezas causadas pela pandemia da Covid-19 consiste num terreno fértil para a legitimação da narrativa da precarização do trabalho e de manutenção do *status quo*, mesmo que disfarçada pelo manto da “inovação” tecnológica. Por fim, analisamos a particularidade e os conflitos que permeiam o *modus operandi* suicida do capital endossado pelo governo Bolsonaro, responsável tanto pelo agravamento da crise sanitária quanto para potencializar a precariedade generalizada.

Palavras-chave: crise estrutural; precarização do trabalho; bolsonarismo; pandemia.

Abstract

This text thinks over the main consequences of the structural crisis of capital for the world of work in Brazil, particularly from a context that unites the accentuation of the state of public calamity to the systematic dismantle of rights that turns precariousness more intense. This weird combination we use to call “pandemic bolsonarism”. In this way, we identified how a situation of uncertainties caused by the Covid-19 Pandemic consists of fertile land for legitimizing the narrative of precarious work and maintenance of the status quo, even when it is disguised by the mantle of technological “innovation”. Lastly, we analyze the particularity and conflicts that permeate the suicidal modus operandi of capital endorsed by the government of Bolsonaro, responsible for the worsening of the health crisis and for potentiation the precariousness that is generalized.

Keywords: structural crisis; precarious work; bolsonarism; pandemic.

¹ Doutor em Geografia pela FCT-Unesp/Presidente Prudente-SP. Pesquisador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. Professor da Educação Básica no Estado da Paraíba-PB. Educador Popular na Comunidade Porto do Capim – Centro Histórico de João Pessoa-PB.

Resumen

Este texto reflexiona sobre los principales acontecimientos de la crisis estructural del capital para el mundo del trabajo en Brasil, en particular desde un contexto que une el estado de calamidad pública con el desmantelamiento sistemático de los derechos que profundizan la precarización. Esta extraña combinación llamamos "bolsonismo pandémico". Así, identificamos como una situación las incertidumbres causadas por la pandemia de Covid-19 es un terreno fértil para la legitimación de la narrativa de la precariedad del trabajo y el mantenimiento del statu quo, aunque esté disfrazado por el manto de la "innovación" tecnológica. Por último, analizamos la particularidad y los conflictos que impregnan el modus operandi suicida del capital avalado por el gobierno de Bolsonaro, responsable tanto del empeoramiento de la crisis sanitaria como de la mejora de la precariedad generalizada.

Palavras chave: crisis estructural; precario del trabajo; bolsonismo; pandemia

INTRODUÇÃO

E quando é que vamos protestar, é? Quando os soldados virarem professores e tivermos de ir às aulas com armas apontadas para a cabeça?

Chimamanda Ngozi Adichie - Hibisco Roxo

[...] a miséria é um pecado, sim. Sendo pobre, há quem ainda preserve a nobreza dos sentimentos inatos, mas na miséria, ninguém e nunca. [...] na miséria eu cá seria o primeiro a ofender a mim mesmo. Fiódor Dostoiévski - Crime e Castigo

A crise societária que estamos vivenciando consiste numa expressão concreta de como o capitalismo, em situações extremas, pode conduzir a humanidade à beira do colapso. As diferentes catástrofes ambientais e a recente pandemia parecem ser sinalizadores da decadência de uma economia de mercado que, sob a hegemonia do valor de troca, converte a natureza e um conjunto de bens vitais à manutenção da vida humana e não humana em oportunidade lucrativa.

Esta crise também torna evidente, por sua vez, como é relativo o fetiche do controle total sobre o ser da natureza, bem como relativiza a mercantilização de tudo, pois num momento de escassez generalizada não se pode obter acesso ao necessário, a não ser pela solidariedade coletiva. Bastou uma acentuação da demanda por equipamentos hospitalares, para que o livre mercado se desnudasse, convertendo-se rapidamente em monopólio como visto no cinismo americano ao confiscar mercadorias em seu território e impedir que chegassem a outros países. Logo, salta aos olhos a necessidade de regulação sobre os bens públicos universais, tais como meio ambiente, educação, ciência, tecnologias da informação

e saúde etc., tornando-se urgente questionar, ainda que de forma latente, a ganância insaciável do mercado e da propriedade (ŽIŽEK, 2020).

Ao capital só interessa redefinir formas de controle, difundir relações sociais calcadas no medo e no individualismo com vistas à fomentar discursos que trazem nas entrelinhas a intencionalidade de reconstruir “um novo pacto social”, através da difusão de comportamentos psicossociais a partir dos quais se fortalecem novas formas de controle, com rebatimentos decisivos no mundo do trabalho.

É notável como as empresas capitalistas se aproveitam de uma situação de calamidade para a manutenção e ampliação das oportunidades lucrativas, bem como o capital estimula suas estratégias para manter a hegemonia do seu poder. Em meio à pandemia da Covid-19, que assola milhares de pessoas em todo o mundo – quadro que, neste momento, se agrava na América Latina –, não podemos negar a ascensão de um discurso que conclama um tipo particular de “solidariedade”, calcada, sobretudo, na filantropia e na busca de induzir subjetivamente às ações imediatas.

Por um lado, fala-se em comprar menos álcool nas farmácias, menos alimentos no supermercado, nos cuidados com a higiene pessoal, entre outras ações individuais (necessárias, embora insuficientes), mas pouco se discute, por outro lado, as medidas estruturais que estão sendo tomadas pelo Estado em favor da manutenção de grandes empresas e de setores financeiros, os quais tentam fazer de tudo para protegerem suas imagens ao revesti-las sob a cortina das ações paliativas, a exemplo do movimento “solidariedade s/a” e “todos pela saúde”, que tem servido como meios propagandístico para os setores do capital não como meios de resolver, mas de administrar o pauperismo acentuado pela crise.

Diante dos fatalismos emergentes, torna-se recorrente o uso de estratégias de psicologia organizacional para estimular nos trabalhadores(a) a identificação com as empresas para as quais trabalham, a ponto de eles próprios não se enxergarem como explorados, mas como “colaboradores” e “salvadores da pátria”. Desse modo, funcionários de atividades essenciais, que estão expostos aos riscos e tendo suas jornadas ampliadas, têm sua condição real de exploração distorcida na medida em que estão sendo estimulados, por um discurso hegemônico, a se perceberem como “indispensáveis” ou “heróis” nacionais.

Essa visão romantizada que recai sobre a subjetividade dos sujeitos cumpre o papel de ofuscar a exploração, por meio da substituição da relação de trabalho, necessária tanto à reprodução da vida do sujeito quanto à reprodução ampliada do capital, por uma relação de

voluntário desejo de “ajudar o país”. A histórica luta nacional dos(as) enfermeiros(as) pela regulamentação da jornada de trinta horas semanais, bem como a inédita denúncia de genocídio contra Bolsonaro, realizada no Tribunal Internacional de Haia, por mais de um milhão de profissionais de saúde², escancara esta problemática e coloca limites na visão idílica sobre o mundo do trabalho.

Em meio a um contexto de severa retração da seguridade social, que estamos assistindo no Brasil pelo menos desde 2014 – processo que se aprofunda no pós-golpe 2016 (FRANÇA, 2016) –, poderíamos ao menos exigir que os *super-ricos* se responsabilizem pela conta da crise e deixassem de sugar grandes parcelas dos recursos públicos. Seria interessante ver como sobreviveriam sem se apropriarem dos fundos sociais. Ao contrário disso, a Pandemia se mostrou oportuna aos que lucraram com as mazelas sociais, como os 42 bilionários que ampliaram suas riquezas em cerca de R\$177 bilhões³, nos mesmos quatro meses que ultrapassamos a marca das mais de cem mil mortes. Enquanto esses setores absolvem tudo que podem das frações dos recursos estatais, diante do desespero e da angústia que se alastram, pessoas são induzidas à voluntarismos que tendem à desresponsabilizar o Estado e o governo, assim como muitos profissionais de saúde que abrem mão de seus direitos e se “alistam” para trabalhar em nome da crise. Basta mencionar o programa “Brasil conta comigo” para entendermos o drama de tal problemática⁴.

É inegável o mérito de tais profissionais quando buscam alterar, com as próprias capacidades físicas e mentais, a circunstância adversa na qual nos encontramos, numa época em que percebem uma descrença na política institucional e um agravamento da indiferença social, especialmente potencializada por um governo que subestima a pandemia, prioriza abertamente grandes empresas, faz apologia a medicamentos sem comprovação científica, estimula os(as) trabalhadores(as) pobres aos riscos de contaminação, omite e obscurece os dados estatísticos, em suma, delibera claramente um genocídio *político-sanitário*. Os que avaliam o atual governo como ineficaz, se esquecem que sua “eficiência” está exatamente assentada na sua razão de ser, desde o princípio: deteriorar os resquícios de espaços democráticos no Estado.

² Ver matéria: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/26/bolsonaro-e-denunciado-no-tribunal-de-haia-por-crimes-contra-humanidade.htm>.

³ Ver matéria: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bilhoes-durante-a-pandemia-enquanto-maioria-da-populacao-perdeu-emprego-e-renda/>

⁴ Ver matéria do Ministério da Saúde: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46805-500-mil-profissionais-dispostos-a-atuarem-no-combate-ao-coronavirus>.

Entretanto, a ascensão de um tipo de narrativa, centrada exclusivamente na solidariedade individual, sem a devida reflexão crítica, bem como desconsiderando as implicações políticas destas relações, endossa cada vez mais uma tendência à isenção estatal das políticas públicas e de sua responsabilidade com a seguridade social, algo típico da era neoliberal, o que contribui para intensificar o ofuscamento dos reais agentes que agravam a crise. Por isso, reproduzimos parte da letra da música “comportamento geral”, regravada por Elza Soares, em seu disco “Planeta Fome”, por sintetizar tal problemática na atualidade:

*Você deve notar que não tem mais tutu. E dizer que não está preocupado. Você deve lutar pela xepa da feira. E dizer que está recompensado. Você deve estampar sempre um ar de alegria. E dizer tudo tem melhorado. Você deve rezar pelo bem do patrão. E esquecer que está desempregado. Você deve aprender a baixar a cabeça. E dizer sempre muito obrigado. São palavras que ainda te deixam dizer. Por ser homem bem disciplinado. Deve, pois, só fazer pelo bem da nação. Tudo aquilo que for ordenado. Pra ganhar um fuscão no júízo final. E diploma de bem-comportado [...]*⁵.

Enquanto isso, a era do negociado sobre o legislado se impõe dramaticamente e evidencia as medidas que penalizam diretamente a classe trabalhadora e os(as) mais vulneráveis. A esse respeito, a redução de salários e da jornada de trabalho, instituída em acordos desiguais entre patrões e empregados, o encolhimento de benefícios advindos de políticas compensatórias⁶, coincidentemente à destinação de um pacote trilionário ao sistema bancário e de um incremento aos planos de saúde privados, desvelam as reais intenções dos setores públicos e privados nesta crise.

Enquanto toda a mediatização é direcionada à queda dos mercados, das bolsas de valores e da recessão inevitável, trabalhadores(as) são obrigados(as), pelos patrões e pelas circunstâncias, a continuarem trabalhando, o que torna o discurso do (auto)isolamento uma mera retórica pequeno burguesa que, apesar de parecer bem intencionada e indispensável à manutenção da saúde coletiva, jamais será uma possibilidade real para a maior parte da classe trabalhadora, sem que haja um programa massivo de auxílio estatal. Os que julgam apenas moralmente a suposta falta de consciência da grande massa, que se arrisca a sair de casa, parecem ter esquecido uma coisa óbvia: *“a população não se comporta civilmente na presença da fome”* (COUTO, 2015, p. 55).

⁵ O que impressiona é que esta letra, de composição de Gonzaguinha, datada de 1972, ultrapassa as barreiras do tempo pela atualidade.

⁶ Aqui merece destaque a tentativa descarada do governo em remanejar 83,9 milhões de reais do Programa Bolsa Família para o setor de comunicação. Após críticas, a Portaria 13.474 de 02 de junho de 2020 foi revogada.

Se aproveitando da situação de calamidade, a construção de uma narrativa do medo generalizado e do autocontrole, acoplados à ideologia do empreendedorismo, tem reforçado a autoilusão do “sujeito dono de si”. O teletrabalho é estimulado e torna-se notório o oportunismo do paradigma “ensino à distância (EAD)”⁷ ao obrigar frações de profissionais a trabalharem no preparo de videoaulas, planos estratégicos, chats, seminários, atendimentos virtuais, entre outras atividades, as quais têm demandado, além do uso de recursos pessoais (computadores, internet, etc.) e da disponibilidade excessiva, muito *mais tempo de trabalho necessário* às mesmas funções.

O mundo sob a égide do “*meio técnico-científico informacional*” torna-se avassalador (SANTOS, 2013). Diante de um iminente risco de contágio e instabilidades, que poderão aparecer num futuro próximo, “por que não ter aula ou trabalhar na segurança de sua casa?” Esse pensamento só desconsidera que se o EAD se tornar a regra geral, no pós-pandemia, muitos profissionais perderão seus empregos⁸, enquanto outros terão que intensificar suas jornadas de trabalho e ocuparão funções cada vez mais precárias, como entregadores *delivery* que se manifestam por melhores ganhos e condições laborais.

Para que outras pessoas possam estar “seguras” em suas casas, outras tantas são obrigadas a se sacrificarem a partir daquilo que estudos tem denominado de *escravidão digital* (ANTUNES, 2019; 2020). Assim, sobre a roupagem do ensino remoto, o *home office* assume a nova face da precarização como demonstra a “loucura” da rotina de professores que tiveram suas jornadas ampliadas por atividades mais intensas, polivalentes e combinadas ao trabalho doméstico.

A precariedade parece tornar-se “virtude” em tempos sombrios. Em momentos de graves crises, os agentes hegemônicos buscam legitimar a todo custo um conjunto de hábitos, costumes e medidas antipopulares sob o pretexto dos fatalismos. A este fenômeno, simultaneamente subjetivo e objetivo, Grasmsci (2015) deu grande contribuição analítica, quando compreendeu os nexos psicofísicos entrelaçados ao adestramento dos(as) trabalhadores(as) da era fordista. Induzidos pelos grupos hegemônicos, os sujeitos eram condicionados a uma padronização das relações sociais de (re)produção, de modo que se

⁷ Ver: <https://adunesp.org.br/noticias/cada-um-por-si-e-as-atividades-nao-presenciais-contratodos>.

⁸ Ver reportagem: Após uso de robôs, Laureate agora demite professores de EAD. Mais de 90 profissionais da educação à distância foram demitidos hoje da rede que é dona da FMU e Anhembi Morumbi; há quinze dias nossa reportagem denunciou uso de robôs no lugar dos docentes. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-ead/?fbclid=IwAR01It5e1hqT9-zFh6aO6gHW01wQ2tC4GZcagvdeO7ISo83fQOWx3paaXgo>>. Acesso em 08-06-2020.

adequassem aos novos regimes de trabalho; tal característica que se estendia tanto aos locais e trabalho quanto ao *locus* doméstico, compreendia também os espaços de convivência social. Não há dúvida de que estamos numa transição desse tipo – *mutatis mutandis* –, que se arrastará por muito tempo na formatação de novos padrões de vida, configurações territoriais e de sociabilidades. De fato, a normalidade nunca mais será a mesma.

Assim, o presente texto busca refletir sobre algumas consequências que tais mudanças acarretarão para o conjunto da classe trabalhadora, particularmente a partir de um contexto que une acentuação do estado de calamidade pública ao desmonte sistemático dos direitos, acarretando no aprofundamento da precarização. Tal combinação esdrúxula denominamos “bolsonarismo pandêmico”, sobretudo por se tratar não apenas de uma excepcionalidade que emerge da crise de saúde pública – combinada à crise do capital –, mas por se expressar a partir de uma ação política direcionada para o aprofundamento dos efeitos da pandemia no Brasil. Quando comparamos os efeitos da Covid-19 com os de países vizinhos ao Brasil temos uma ideia do tamanho do problema causado aqui pelo descaso político extremo⁹.

Desse modo, refletimos sobre as seguintes questões: como as formas de precarização laboral podem ser ampliadas como consequência da pandemia? Qual o significado e particularidade do *modus operandi* suicida do capital endossado pelo governo Bolsonaro, responsável tanto pelo agravamento da crise sanitária quanto para potencializar a precariedade generalizada? Estas problemáticas constituem os eixos fundamentais a serem discutidos neste ensaio.

Os limites de escrever no calor dos acontecimentos ao passo que nos estimula à criatividade, amplia o risco de erros e incompreensões acerca de uma problemática tão complexa e relevante à vida dos trabalhadores(as) e ao conjunto do país. Além de que, por se tratar de uma conjuntura que muda repentinamente à medida que as tensões se acirram, demanda uma série de cuidados analíticos. Entretanto, nos colocamos o desafio de refletir sobre a história do presente e enfrentar os principais gargalos que dela derivam, não com intensão arrogante de propor unilateralmente um caminho, mas com o anseio de dialogar com outras narrativas as quais também se colocam a tarefa inadiável de reflexão crítica sobre os rumos do Brasil e as consequências destrutivas que incidem sobre a classe trabalhadora.

⁹ Um caso exemplar é quando se percebe que o Brasil possui um assustador número de mortes que ultrapassa em 40 vezes o da Argentina, mesmo com uma população apenas 5 vezes maior. Ver matéria: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/05/15/brasil-e-visto-pelos-paises-vizinhos-como-ameaca-e-modelo-a-ser-evitado-na-luta-contra-coronavirus.htm>.

O TRABALHO *VERSUS* A “SERPENTE DAS AFLIÇÕES” CAPITALISTA

É notório como Marx, ao se referir à jornada de trabalho, se utiliza de um trecho do poema do alemão Heinrich Heine para sintetizar magistralmente a relação parasitária do capital para com o trabalho. Ao celebrar um contrato de trabalho, o trabalhador descobre-se que não era realmente livre e que o tempo de que livremente dispunha era o mesmo em que estava forçado a vender sua força de trabalho. Desse modo, o parasita não deixaria o trabalhador em paz até que sugasse a última gota de seu sangue. Para se proteger da “serpente de suas aflições”, os trabalhadores necessitariam se unir enquanto classe para criar uma barreira social intransponível que os impedissem de vender voluntariamente a si e a suas famílias à morte e à escravidão (MARX, 2013).

O dramático quadro acima descrito, apesar da especificidade histórico-geográfica que nos distanciam do capitalismo do século XIX, possui algumas semelhanças com a contemporaneidade. Num mundo em que presenciamos um conjunto de retração dos direitos fundamentais, tal como preconizado pelo *welfare state* europeu (Braga, 2017), combinada com a deterioração gradativa das relações sociais e à precarização de trabalho (ANTUNES, 2018), percebemos que o “*sugar das últimas gotas*” de seguridade do trabalho torna-se regra na era da *crise estrutural*. O desemprego mundialmente crescente deixa de ser efêmero e converte-se em estrutural (MÉSZÁROS, 2011).

Ora, nos referimos à noção de crise estrutural por se tratar de algo não passageiro, cujos os efeitos se alastram pelo conjunto da sociedade, atingindo – obviamente, que em diferentes intensidades – desde os centros capitalistas até às periferias do sistema (MÉSZÁROS, 2007). Situado nos idos dos anos 1970, tal processo demarca a supremacia do capitalismo financeiro, cuja tendência avassaladora consiste em subordinar as necessidades reais da sociedade aos imperativos da *loucura* da acumulação (HARVEY, 2018).

Diante da contradição entre *crescimento infinito* e os limites objetivos do trabalho, da sociedade e da natureza o capitalismo passou a exercer um caráter autodestrutivo, algo que parece não ter controle e que coloca em risco o bem estar social como um todo. Em outras palavras, percebemos a retração dos bens públicos, os quais gradativamente são engolidos pela lógica mercantil. No dizer de Harvey percebemos que:

[...] a privatização dos ativos públicos, a criação de novos mercados e novos cercamentos de bens comuns (de terra e água a direitos de propriedade intelectual) expandiram os terrenos em que o capital atua livremente. A privatização do fornecimento de água, habitação social, educação, saúde e

até atividades bélicas, a criação de um comércio de emissões de carbono e o patenteamento de material genético deram ao capital o poder de entrar em áreas da vida econômica, social e política que, até então, estavam fechadas. Essas oportunidades adicionais de mercado são importantes para manter o crescimento exponencial, mas, assim como acontece com a desvalorização, não acredito que tenham o potencial para absorver o crescimento exponencial, particularmente no futuro [...] Além disso, quando tudo é monetizado [...], há um limite além do qual esse processo de expansão não consegue prosseguir. É difícil precisar se chegamos a esse limite, mas quase quatro décadas de estratégias neoliberais de privatização já fizeram muito, e em muitas partes do mundo não sobrou muita coisa para privatizar e cercar (HARVEY, 2016, p. 208).

Esse processo impõe, a diferentes segmentos de trabalhadores, um conjunto de restrições. Aos estáveis: provoca redução de direitos, retração das garantias previdenciárias, tentativas de redução salarial e perda gradativa de estabilidade; aos instáveis, precarizados, terceirizados, temporários, entre outros, que já estão mais vulneráveis às instabilidades: induz ao abandono à própria sorte diante da serpente capitalista, cuja tendência aos oligopólios ganha uma feição contemporânea daquilo que já previa Marx(2015)¹⁰ e que chamara a atenção de Lênin(2012), no início do século XX¹¹.

É o que atesta o relatório da Oxfam, às vésperas do Fórum econômico Mundial (2019), ao escancarar a falácia neoliberal que prega *religiosamente* um livre mercado avassalador. Ao contrário de gerar equilíbrio, a “autorregulação” desregrada do mercado amplificou, sobretudo nos últimos quarenta anos, os níveis de concentração e centralização do capital, duplicando o número dos super-ricos, por um lado, e aprofundando as disparidades sociais, por outro. Esses sujeitos abastados, que são cerca de 2,1 mil indivíduos, possuem riqueza superior a 4,6 bilhões de pessoas mais pobres do planeta (60% dos mais pobres no mundo). As informações atestam ainda que se tais sujeitos pagassem apenas 0,5% de impostos, 117 milhões de empregos sociais poderiam ser criados para atenuar os 180 milhões de desempregados existentes no mundo. Em suma, destaca também a aberração recaída especialmente sobre mulheres e meninas pobres, às quais juntas totalizam 12,5 bilhões de horas de trabalho não remunerado todos os dias. Isso equivale a U\$S 10,8 bilhões de dólares em trabalho não pago por ano¹².

¹⁰ Manuscritos Econômicos-Filosóficos - 1844.

¹¹ Na obra Imperialismo, estágio superior do capitalismo.

¹² Ver reportagem: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/01/20/concentracao-de-renda-sobe-e-bolsonaro-aprofunda-desigualdade-diz-oxfam.htm?fbclid=IwAR3yeW0a_ZBC-6xn-Widm7_367jsKwTqUcavzYsIEyMIYIKZ7o_09AugRtY.

Mas quem será que apropria desse tempo de trabalho social para gozar de maior tempo livre? Marx, em uma de suas passagens de “*O Capital*”, observou que a produção de tempo livre para uma classe (a dominante) se dava a partir da conversão de todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho. Trata-se, por assim dizer, de um princípio muito significativo num mundo globalizado, em que o aprimoramento tecnológico ao ampliar a velocidade e redefinir as relações sociais no espaço-tempo – permitindo um enorme incremento na produtividade – não significou a extinção do trabalho, tampouco reverberou numa redução das jornadas laborais para a maioria das pessoas, apesar da flexibilidade. Como sintetizou o próprio Marx, noutro momento: “o processo de produção capitalista é ao mesmo tempo, essencialmente um processo de acumulação” (MARX, 2017, p. 256).

Disso decorre que, enquanto poucos sujeitos podem gozar de um tempo livre, a maior parte da população trabalhadora é levada à exaustão física e mental ao assumir duas ou três ocupações pouco remuneradas para garantir um mínimo de dignidade e compensar o custo de vida que só amplia. Na outra ponta, volumosos contingentes de trabalhadores(as) sem alternativas são empurrados(as) à informalidade e à precariedade de atividades degradantes, como os entregadores de aplicativos (Ifood, Rappi, Uber Eats), catadores de recicláveis, vendedores ambulantes, limpadores de para-brisas etc. Conforme nos lembra Antunes (2018):

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Vide a experiência britânica do *zero hour contract*, o novo sonho do empresariado global. Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a “uberização”, amplia-se a pejetização, florescendo uma nova modalidade de trabalho: *o escravo digital* (ANTUNES, 2018, p. 23).

No Brasil, essa tendência toma posições inimagináveis até para os piores pessimistas. Após um conjunto de medidas que já penalizam diretamente os(as) trabalhadores(as) mais empobrecidos, como as contrarreformas trabalhista (governo Michel Temer) e previdenciária (Bolsonaro), adentramos no caminho nebuloso do “negociado sobre o legislado”, o que significa dizer que, diante das crises, valem os acordos individuais, a despeito das leis trabalhistas consolidadas sob muitas lutas sociais.

É nesse sentido que deve ser entendida a tentativa de implementação integral da Medida Provisória-MP 927 (22-03-2020), que além de suspender os contratos e os salários

por quatro meses (art. 18), cria banco de horas, flexibiliza as jornadas, etc. Num país de quase 12,8 milhões de desempregados, cerca de 52 milhões na linha da pobreza (13,5 milhões na extrema pobreza)¹³ e assolado pelo medo do desemprego potencial trazido com a pandemia nas camadas informais *invisíveis*¹⁴, tal medida soaria como uma espécie de teste para ver até quanto podem chegar os níveis de exploração sem que causem revoltas incontrolláveis. É de se admirar com que grau de cinismo o governo enaltece a referida MP como “protetora do emprego”, pela manhã, e recua, logo à tarde, após duras críticas, suprimindo o artigo mais polêmico sob o pretexto de “erro de digitação”.

Após pouco mais de dois anos da reforma trabalhista de Temer, as promessas de “modernização” para geração de empregos dão lugar ao grotesco aprofundamento do pauperismo, do desemprego, da informalidade e da desigualdade. Conforme observamos nos dados sobre o mundo do trabalho no Brasil (no fim de 2019), tornava-se já preocupante identificar que cerca de 28 milhões pessoas estavam subutilizadas e que somadas com 38 milhões de informais, atingiria cerca de 41% da população ativa, sobretudo mulheres, pretos e pardos¹⁵. Com esse quadro é evidente supor quais sujeitos estariam mais vulneráveis ao avanço da pandemia, como atestam os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ao registrar o decréscimo de mais 860 mil postos de trabalho formais (só no mês de abril de 2020)¹⁶.

É o mesmo que previa o pensador Mike Davis, ao relacionar os efeitos da Covid-19 com a estratificação de classes nos Estados Unidos. Segundo ele:

[...] o surto expôs instantaneamente a divisão de classes na saúde americana. Aqueles com bons planos de saúde que também podem trabalhar ou ensinar de casa estão confortavelmente isolados, desde que sigam salvaguardas prudentes. Os funcionários públicos e outros grupos de trabalhadores sindicalizados com cobertura decente terão de fazer escolhas difíceis entre renda e proteção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, desempregados e sem teto estão sendo jogados aos lobos (DAVIS, 2020, p. 9).

¹³ Ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>.

¹⁴ <https://oglobo.globo.com/economia/trabalhadores-invisiveis-sao-40-da-populacao-em-idade-ativa-no-pais-24374996>

¹⁵ <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594278-aumento-da-miseria-extrema-informalidade-e-desigualdade-marcam-os-dois-anos-da-reforma-trabalhista>.

¹⁶ Ver: <http://trabalho.gov.br/noticias/7409-queda-nas-admissoes-influencia-saldo-de-empregos-formais-do-caged-ate-abril-de-2020>.

Se as condições reais de trabalho e de acesso aos serviços públicos são extremamente desiguais, as iniciativas de contenção também seguem esse padrão, tanto nos EUA quanto no Brasil, de modo que os efeitos da pandemia acertam em cheio os grupos mais vulneráveis nesses países. Nesse sentido, não é novidade que aqui o risco de mortalidade seja 76% (ou 3,8 vezes) maior na população preta e parda (sem escolaridade) em comparação com os da população branca (com grau superior), como revela o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da (NOIS/PUC-Rio) ao analisar os dados referentes ao perfil socioeconômico dos pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), disponibilizados pelo Ministério da Saúde (MS) (BATISTA *et al*, 2020).

Conforme os diferentes estudos tem comprovado, o agravamento da pandemia nos diferentes municípios brasileiros tem desvelado a característica étnico-racial que expressa a face mais comum da classe trabalhadora, situada historicamente na base da pirâmide socioeconômica ao ocupar postos de trabalho precários, paupérrimas condições de moradia e insuficiências no acesso à saúde e à educação¹⁷. Não é à toa que presenciamos explosões de revoltas antirracistas por todo mundo, as quais são alimentadas pelo desejo de superar as graves desigualdades decorrentes de uma escravidão que se atualiza a partir da precariedade e do extermínio étnico-racial da classe trabalhadora.

Entretanto, as ações governamentais vão na contramão das necessidades de milhares de pessoas empobrecidas. É notável como medidas que assolam as condições de vida da classe trabalhadora acontecem no exato momento em que o banco central anunciara a injeção de liquidez de mais 1,2 trilhão de reais para salvaguardar a “ânsia de fome” do setor financeiro, correspondendo a maior ação financeira da história brasileira¹⁸. Essa tendência não representa uma exclusividade brasileira, pois em todos os países do capitalismo central o socorro ao capital financeiro torna-se uma cartilha a ser seguida sob o risco do colapso total.

A partir desse aceno de “socorro”, bolsas de valores seguem a animosidade das bolsas na Europa e nos EUA, obtendo números positivos devido aos pacotes trilionários, enquanto muitos trabalhadores seguem perecendo pela falta de itens básicos nos atendimentos

¹⁷ Ver reportagem: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/05/risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-diz-prefeitura-de-sp.htm>.

¹⁸ Ver matéria completa: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/cmn-e-bc-elevam-em-r-12-tri-liquidez-no-sistema-financeiro-contra-coronavirus.shtml>.

hospitalares, inclusive, para os profissionais de saúde. Não é de se estranhar que o Brasil já perdeu mais profissionais de saúde para a pandemia do que Itália e Espanha juntas¹⁹.

Com o Estado agindo dessa forma, retirando ainda mais de onde já não se tem, fica a incógnita: quem pagará a alta conta dessa recessão anunciada ao longo do ano de calamidade pública? O capital não poupará esforços para despejar mais esse ônus nas costas da classe trabalhadora, cuja reação ainda é um mistério em meio aos limites do isolamento social, conquanto já apresente sinais importantes como as greves dos entregadores de aplicativo.

Talvez por isso que o Jornal Nacional iniciou, a edição de vinte e dois de março, pedindo “calma” ao alertar que a crise demandará “sacrifícios” para sua superação. Será que a burguesia tem medo da classe trabalhadora insurgir contra essas repetidas agressões que se tornam insuportáveis e, assim como no poema de Heine, citado por Max, os explorados golpeiem “a machadadas a serpente de suas aflições”? Não se trata aqui de uma previsão, mas de uma possibilidade histórica, já que na miséria qualquer um agride a si mesmo, de modo que a violência historicamente acumulada sobre os ombros dos(as) trabalhadores(as) poderá ser replicada aos agressores e tornar-se incontrolável.

O BOLSONARISMO NEOFACISTA E A OFENSIVA SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

Os acontecimentos recentes colocaram na ordem do dia o conflito entre garantir o direito à vida e/ou à manutenção da economia nos termos ultraliberais que seguiam vertiginosamente, no Brasil e no mundo. Mais que um agente principal do projeto de desregulamentação extremada, Bolsonaro é apenas uma peça na engrenagem através da qual o capital torna clarividente que não está disposto a abrir mão das medidas neoliberais, mesmo que isso custe um genocídio deliberado e sem precedentes, de modo que as circunstâncias colocam o dilema entre socorrer pessoas e/ou salvar os mercados.

Este contexto tem causado grande confusão a muitos analistas, jornalistas, cientistas, profissionais de saúde, entre outros, por não entenderem de onde advém tamanha insanidade

¹⁹ Ver reportagem do Conselho federal de enfermagem que constata que o Brasil perdeu mais profissionais que a Itália e a Espanha, juntas. http://www.cofen.gov.br/brasil-perdeu-mais-profissionais-de-enfermagem-para-covid-19-do-que-italia-e-espanha-juntas_79563.html.

e, pior, por esta ainda possuir significativa legitimidade entre parcelas da população. A pergunta que salta à vista é: por que os discursos presidenciais vão na contramão de todas as recomendações nacionais, internacionais e em contradição com segmentos do próprio governo, bem como aos próprios poderes do Estado de direito?

As tentativas de explicações são muitas. Dizem alguns: trata-se de um “irresponsável”, um “louco”, um “irrealista”, um “negligente”, “estrategista de um autogolpe”, um “genocida”, “narcisista”, “um louco”, “fascista”; o léxico é vasto. Entretanto, as inúmeras adjetivações, sejam elas de economistas liberais, de segmentos da saúde e/ou de alguns partidos políticos, parecem se encerrar na análise da personalidade medíocre dele, e pouco avançam em direção à explicações históricas mais contundentes referentes à *luta de classes* (MARX, 2011)²⁰, bem como aos determinantes estruturais nos quais Bolsonaro e o *bolsonarismo* estão intrinsecamente atrelados.

Certamente essa aberrante manifestação na política possui uma relação intrínseca com as contradições imanentes ao conturbado desenvolvimento brasileiro. Conforme mencionou Oliveira (2018), nossa história está arraigada a um capitalismo dependente que foi responsável por hibridismos originários de uma formação social *sui generis*, a qual está permeada por um processo de acumulação truncado e violento, combinando relações arcaicas no moderno, do mesmo modo que modernas no arcaico.

Com efeito, combinações esdrúxulas que articulam latifúndios, relações de superexploração da natureza e dos(as) trabalhadores(as) se expressam numa institucionalidade que não rompe com o atraso, mas, ao contrário, aprofunda-o (PRADO JÚNIOR, 2012). Nesse contexto é que poderíamos pensar como que o neoliberalismo, que tem representado um desastre econômico no mundo, torna-se um tormento para os mais pobres na periferia do sistema (embora não só). Como sintetizou Sérgio Buarque de Holanda: “as Constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul” (HOLANDA, 2014, p. 217).

A respeito destas características que perpassam nossa história, é significativa a síntese de Oliveira (2013) na qual consegue antever o que resultaria do aprofundamento das contradições materializadas no Brasil, especialmente no pós-golpe-2016, bem como a partir ascensão do bolsonarismo. Em suas palavras:

²⁰ Ver a crítica de Marx no livro 18 de Brumário referente ao golpe de Estado na segunda república francesa.

O [Brasil] ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as que a segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes [...] Restam “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. Vivam Marx e Darwin: a periferia capitalista finalmente os uniu. (OLIVEIRA, 2013, p.150).

Como efeito destas características, ainda segundo o autor supracitado, o processo de privatização assume um aspecto de violência sistêmica e sistemática, anulando as possibilidades da própria política quando são retraídos diversos setores que permitiam acesso às políticas estatais. Como resultado da vitória conservadora e a intensificação da desregulamentação, aflora uma nova sociabilidade que acentua “uma desesperada fuga para a vida privada”, ampliando o medo do outro, bem como estabelece-se um culto à *segurança* (apropriado sobretudo por uma ultradireita neofascista, ancorada na retórica moralista da “in-segurança”)(OLIVEIRA, 2018).

À medida que esse consenso adentra por diversos setores da vida social e provoca uma retração acentuada dos direitos, tal modelo se expressa na política estatal, ampliando os níveis de *ilegalidade sistêmica* que passa a ser justificada em nome de uma economia de mercado voraz, que se desencadeia num conjunto de desrespeitos à vida humana e da natureza (MÉSZÁROS, 2015).

Por esta razão, o que está em jogo é para quais setores será destinada a maior fatia do pacote trilionário previsto no orçamento público: se para cobrir os rombos das finanças e grandes empresas e manter o *austericídio*, como se anuncia a princípio (basta ver os discursos do ministro da economia), ou para medidas minimamente protetivas aos mais vulneráveis, garantias dos direitos dos(as) trabalhadores(as), ao fortalecimento do sistema público de saúde, aos programas de renda mínima, aos serviços de assistência social etc.

Ora, não é à toa que Bolsonaro destaca os(as) trabalhadores(a) do comércio, autônomos, informais e os mais precarizados como justificativa para seu discurso criminoso de incitar a volta à rotina “normal”, sugerindo que sem tal medida a economia quebraria. Sabemos que é um escárnio ouvir um “chefe de Estado” afirmar que pessoas inevitavelmente

irão morrer enquanto relativiza a pandemia, propaga o uso da cloroquina²¹ e faz chacotas das inumeráveis vítimas fatais.

É exatamente entre o contingente de informais que estaria situada a maior necessidade de gasto público, seja para que os/as trabalhadores(as) fiquem em casa, seja para permitir que as pequenas e médias empresas mantenham os empregos. Mas também se trata do público que poderá ser mais acometido pela negligência com a pandemia. Basta ver como Guedes e o Governo engoliram amargamente ter que ceder R\$ 600 reais aos mais pobres (antes o governo defendia 200 reais), para se atender as “reais a preocupações” desse tipo de governo com a população e com os(as) trabalhadores(as) em geral.

Ao mesmo tempo, setores neopentecostais, grandes empresários (o grupo dos duzentos) e setores financeiros pressionam o governo, mesmo que na surdina, a retornar as atividades enquanto pagam de bons moços nas propagandas que prometem, entre outras coisas, o adiamento de dívidas, a diminuição de juros e novas linhas de crédito (o que não tem ocorrido), que serão permitidos pela injeção monetária estatal e não pela “bondade” desses setores com a população. Bolsonaro e o Estado funcionam como uma espécie de máscara que ao mesmo tempo em que revela a face monstruosa do capital, ofusca os reais agentes causadores da barbárie anunciada.

Ao que parece, o capital já fez sua conta, bem como suas opções (necro) políticas e eugenistas, já que sua (i)racionalidade não descarta a necessidade de sacrificar “umas milhares de vidas”, especialmente entre os trabalhadores(as) pauperizados, contanto que a economia funcione nos termos do mercado. A não ser que o jogo vire e a pandemia coloque em xeque o próprio capital e as classes dominantes, seja por revoltas das massas populares, seja pelo agravamento das próprias contradições entre setores burgueses.

O capital sabe do risco que é revelar sua faceta monstruosa, bem como sua ganância infinita, sob pena de suscitar revoltas contundentes e *anti-sistêmicas* com a iminência de um colapso global; por esta razão é obrigado a manter o fetiche de “preocupação social” ao colocar no horizonte a saída econômica de tipo keynesiano voltada à superação da crise, a partir de um Estado garantidor e impulsionador de liquidez, tal como nas históricas crises e guerras.

²¹ Ver matéria sobre o maior estudo já realizado sobre a questão da ineficácia da cloroquina e da hidroxicloroquina: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-05-22/maior-estudo-sobre-cloroquina-e-hidroxicloroquina-demonstra-que-aumentam-risco-de-arritmias-e-morte.html>.

Por fim, resta saber se o bolsonarismo representa um risco histórico à própria manutenção do capital e do Estado, ou um meio através do qual se funcionalize a barbárie declarada, assim como outrora se funcionalizou a pobreza para manter as coisas como estão. Pelo fato de, no longo prazo, nenhum poder conseguir se manter exclusivamente pela força e sem nenhuma legitimidade social (LUKÁCS, 2013), percebe-se nitidamente a preocupação de setores parlamentares e do judiciário com o iminente risco da desintegração democrática da república, provocada pelo atual Presidente frente ao poder Executivo.

Nesta seara, resta saber se a classe trabalhadora e os campos progressistas já tomaram sua posição²², a qual tenha como ponto de partida o repúdio e o combate à aberração do bolsonarismo, mas que consiga avançar para uma luta ampla contra a lógica capitalista, responsável pela criação de figuras aberrantes a partir da fusão entre formas fetichizadas de poder e indivíduos políticos declaradamente genocidas. A esse respeito, o repúdio a Bolsonaro por parte da imprensa internacional e a mudança de posições de líderes de direita, que há pouco desdenhavam da pandemia, são elucidativos do que poderá estar por vir.

Algumas das declarações polêmicas de Bolsonaro, que não passam de uma versão caricata e grotesca de um americanismo decadente à Donald Trump²³, só expressam o quão, no curso do desenvolvimento capitalista, o direito absoluto à vida é relativizado enquanto o próprio capital é tornado algo absoluto; isto é, visto como uma entidade divina e fantasmagórica à qual tudo e todos devem estar subordinados. Quando defenderam a reabertura das atividades sob o pretexto de salvar “os sinais vitais da economia” Guedes e Bolsonaro invertem a razão na tentativa de salvar seu governo: atribuem vida à coisa e coisificam a vida de milhares de pessoas que fenecem diante da Pandemia.

Em suma, os acontecimentos têm descortinado os riscos enfrentados pela sociedade brasileira, bem como pela própria humanidade em levar à frente o modelo societal do capital, especialmente nos moldes desejados pela ultradireita. Revela também que a sociedade adentra num perigoso processo de aprofundamento da alienação, degradando cada vez mais a essência humana à medida que o valor de troca sobrepõe à vida (*lato senso*), de modo que o problema mais grave a enfrentar se assenta não à excepcionalidade da crise, mas à

²² O pedido de impeachment coletivo envolvendo centenas de organizações progressistas, parece sinalizar na perspectiva de uma unidade para o enfrentamento imediato. Entretanto, não sabemos até onde essa unidade estará firme para constituir-se enquanto uma oposição propositiva que rume a um projeto de nação pela via da esquerda.

²³ É o que está evidente no discurso do vice-governador do Texas, o qual sugere o sacrifício de idosos caso seja necessário para salvar a economia para as futuras gerações americanas. Ver: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/03/24/vice-governador-do-texas-sugere-que-idosos-arrisquem-a-vida-pela-economia.htm>.

normalidade predatória sobre a qual se construiu e se reproduz a sociabilidade do capital (BOFF, 2020). Por essa razão, o atual processo histórico desafia ao conjunto da sociedade a criar um conjunto de alternativas a partir das quais não apenas a economia, mas a ciência, os bens comuns e toda a riqueza social produzida pelos(as) trabalhadores(as) associados(as) atendam às necessidades reais das pessoas.

Considerações finais: o declínio do governo neofacista para a manutenção do Estado e do Capital ou a manutenção da barbárie?

As tensões que pairam o período do turbulento governo Bolsonaro parecem suscitar o conflito inconciliável entre a manutenção de um governo e colocar em risco o próprio poder estatal, nos moldes ideais que se estabeleceu a partir de uma idílica divisão harmônica entre os poderes e certo grau de civilidade nas relações institucionais democráticas.

Em um de seus escritos políticos, Marx (2010)²⁴ analisou a natureza do Estado como algo mais complexo que um governo. Pensava ele que por estar umbilicalmente ligado à propriedade privada, o Estado não seria capaz de aboli-la, defendendo-a como carne e unha, pelo simples fato de que exterminá-la significaria arriscar a si próprio; e como o suicídio é contrário à natureza, lembrava ele, o Estado torna a propriedade e a si mesmo entidades absolutas, caracterizando-se uma afronta atentar contra o poder constituído.

Mesmo entendendo que governos alterem momentaneamente a configuração estatal, não se pode negar que existem princípios que quando quebrados podem ameaçar a dominação burguesa. É como se o Estado fosse algo “perene”; e o governo algo mais “transitório”. Entretanto, o que acontece quando certos consensos sociais que legitimavam determinados governos começam a declinar por situações históricas inesperadas? O problema parece estar situado quando tal governo coloca em risco o próprio Estado, em decorrência do agravamento da crise societária como revelam os efeitos da pandemia no Brasil.

Após sucessivas crises decorrentes dos desrespeitos presidenciais às normas sanitárias, em relação à Covid-19, que culminaram na demissão de dois ministros da saúde, em menos de um mês – e na ausência de ministro na pasta, até a data que escrevo –,

²⁴ Glosas Críticas marginais ao artigo “o Rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano.

Bolsonaro parece agir no limite das possibilidades de governabilidade e do desespero, demonstrando não apenas estar disposto ao (auto)suicídio de seu governo (uma espécie de instinto de morte freudiano), como também a incitar milhares de fanáticos seguidores a sacrificar vidas, contrariando diversas recomendações sanitárias. Além disso, o(s) neofascista(s) coloca(m) em risco qualquer possibilidade de institucionalidade aparentemente “imparcial” e respeitável diante da opinião pública, algo que, como se sabe, é indispensável à manutenção do poder através da hegemonia e do consenso (GRAMSCI, 2016).

Ora, quando o Estado reprime os mais pobres, o faz recorrentemente sob a pseudomoralidade do “combate ao crime”, isto é, invocando sempre razões “nobres” e um suposto interesse público. Quando seu fetiche de “imparcialidade” começa a se deteriorar ao ser identificado cada vez mais com interesses privados de famílias, milicianos, bancos e corporações, essa máscara de ser o “ente provedor do bem geral” se esfacela e o que aparece apenas é o Estado criminoso.

Por isso, a separação entre os poderes, bem como entre o público e o privado tem uma razão de ser elementar à dominação burguesa. Isto significa que o uso da força pressupõe a capacidade de geração de consensos que a circunscreva sob o amparo do véu da moralidade, de valores fetichizados e do mínimo de legalidade (HIRSCH, 2010). Como sabemos, essas características estão em decadência no Brasil há bastante tempo, sobretudo após o “grande acordo nacional” envolvendo o congresso e o supremo que culminou no golpe, em 2016, bem como a participação decisiva do judiciário nas eleições de 2018. O bolsonarismo apenas aprofunda tal processo.

Atualmente, com as explícitas ações de aparelhamento do governo, a exemplo das polêmicas nomeações para Polícia Federal (que deveria ser um órgão do Estado e não de governo) e de uma gama de militares inédita nos órgãos estatais, ampliam-se os conflitos internos entre poder Executivo e uma parcela significativa do judiciário, especialmente capitaneada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a despeito de uma ilusória harmonia entre os poderes.

O desfecho poderá ser trágico a depender do comportamento das massas sociais pauperizadas e de sua capacidade de mobilização para barrar o agravamento do autoritarismo revestido de democrático. Por outro lado, a grande burguesia dá sinais de sua preocupação acerca do risco de *tiro no pé* ao levar à frente o governo Bolsonaro, pois este constitui uma ameaça à desintegração do que resta da República e de seus valores democráticos.

Mas, se bem conhecemos a mediocridade da burguesia e, em especial à brasileira, tão familiarizada com ditaduras sanguinárias, não nos assustaria a manutenção do genocídio bolsonarista para que, num futuro próximo, possa justificar o injustificável, atribuindo a responsabilidade da tragédia não à própria lógica destrutiva capitalista – fundida ao Estado e ao governo – mas à personalidade de um “louco” que assumiu o poder. E, como se sabe, “os loucos” não seriam responsáveis por seus atos. Muito menos os coniventes com ele.

Os conflitos acirrados no interior do governo sinalizam, no entanto, um governo institucionalmente enfraquecido. Além de motivações pessoais, a saída do ministro da justiça coloca em cena a disputa pelo poder e o fortalecimento contraditório da politização do judiciário. Torna-se cada vez mais nítida a tentativa de construir a imagem de Sérgio Moro como um guardião da moralidade, começando pelo o pretexto que o teria retirado do governo: interferência política na Polícia Federal.

Nesta perspectiva, *o partido* da grande mídia hegemônica²⁵, que diga-se de passagem representa um dos pilares da manutenção do poder no Brasil – após satisfeita com a reforma da previdência, ao se vê sob a ameaça direta do “monstro” que ajudou a criar – começa a costurar um conjunto heterogêneo de apoiadores em prol do impeachment ou do afastamento, seja dando ênfase ao político-juiz Moro como íntegro e idôneo, seja ressuscitando figuras como o não melindrado Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de ressaltar o papel das forças armadas na “moderação” e manutenção da harmonia dos poderes e das garantias constitucionais.

Numa espécie de todos contra o neofacista (LÖWY, 2020), governos tucanos, governadores, segmentos do judiciário e da mídia hegemônica etc., ampliam consideravelmente suas críticas ao governo, pois receiam que sua manutenção poderia arriscar não só a vida humana, mas a “vida do Estado” ao converter instituições públicas em órgãos privados da família Bolsonaro, de seus comparsas do milicianato e de fundamentalistas religiosos.

Em meio ao turbilhão pandêmico, com aprofundamento tanto dos casos de contaminados e de vítimas fatais – que, apesar da subnotificação, tornou o Brasil um grande foco da contaminação mundial –, Bolsonaro vai até o seu “limite” na busca de apoio dos seus semelhantes corruptos do centrão, ao passo que vocifera desesperadamente dispor do

²⁵ Aqui estamos nos referindo ao sentido de Partido não meramente eleitoral, mas ao sentido amplo atribuído por Antonio Gramsci às entidades associativas que se tornam partido a partir do momento que se expressam a partir de diversos interesses sociais e formas de organização (FONTES, 2017).

apoio das forças armadas e ameaça paradoxalmente romper a ordem constitucional, sob o pretexto de cumprir a própria constituição, como ele diz: com as “*armas da democracia*”.

Ao que se mostra, diante da impossibilidade de um golpe militar nos moldes de 1964, os militares do alto escalão, ao menos em discurso oficial, se situam ironicamente enquanto defensores das liberdades e do Estado de Direito ao mesmo tempo que jogam politicamente com o espectro amedrontador da ditadura. Na disputa pelo poder parece que todos invocam a Carta Magna, seja para destruí-la, seja para conservá-la sob os aspectos que lhes convêm. Desde uma perspectiva burguesa, o Estado precisa expurgar o vírus bolsonarista antes que ele comprometa seu próprio organismo. Como mencionou o editorial da revista britânica *The Lancet* (2020), em tempos de “*So what?*” talvez a maior ameaça seja mesmo Bolsonaro²⁶, ou o “bolsonarismo pandêmico” como exemplificamos neste artigo.

O cerco está se fechando e certamente poderão vir surpresas do conflito entre *establishment* estatal e a *pulsão por morte bolsonarista* (FREUD, 2011). Quem imaginaria que a ausência de mudanças estruturais, que pareciam fazer parte dos anseios sociais desde os idos de 2013, nos levariam a um grande dilema: ter que escolher entre os herdeiros da ditadura, que agora pagam de “democráticos”; ou permanecer com um governo declaradamente neofascista e genocida. Esta é uma lição histórica que demanda uma criação urgente de uma radicalidade à esquerda, desde abaixo, com os(as) trabalhadores(as) e com os povos da *terra*, certamente os mais penalizados com o desmonte atual. Como bem sintetizou a escritora nigeriana Chimamanda, em seu livro *Hibisco Roxo: os tiranos só prevalecem quando os de baixo não conseguem resistir*.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, C. N. **Hibisco Roxo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo : Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Proletariado digital, serviços e valor. Riqueza e Mizéria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. São Paulo : Boitempo, 2019, pp. 15-23.

ANTUNES, R. Do desânimo à desolação: o laboratório e a experimentação do trabalho na pandemia do capital. In: **Le Monde Diplomatique/Brasil**. Edição 155. 1º de junho de 2020. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/o-laboratorio-e-a-experimentacao-do-trabalho-na-pandemia-do-capital/>>. Acesso 08-06-2020.

²⁶ Ver o editorial: www.thelancet.com Vol. 395 May 9, 2020.

- BATISTA, A. *et al.* **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro : NOIS/PUC-RIO, 2020. (Nota técnica).
- BOFF, L. Carta Maior. **Cartamaior**. [Online] 03 de maio de 2020. [Citado em: 25/05/ de 2020 de 2020.] <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Voltar-a-normalidade-e-auto-condenar-se/52/47377>.
- BRAGA, R. 2017. **A rebeldia precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo : Boitempo, 2017.
- COUTO, M. **Terra Sonâmbula**. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.
- THE LANCET. **COVID-19 in Brazil: “So what?”**. Editorial.Vol. 395. Londres. 09 de 05 de 2020. Disponível em <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31095-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31095-3/fulltext)>. Acesso em 10 de maio de 2020.
- DAVIS, M. A crise do Corona Vírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e luta de classes**. Brasil : Terra sem Amos, 2020. pp.5-12.
- DOSTOIÉVSKI, F. **Crime e Castigo**. São Paulo : Martin Claret, 2013.
- FREUD, S. **O Mal-estar na civilização**. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.
- FONTES, V. Hegemonismos e Política: que democracia? In: Mattos, M. B. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. pp.207-236.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 3. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2016..
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Temas de cultura, ação católica. Americanismo e fordismo**. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 4. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2015.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HIRSCH, J. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo : Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **A loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo : Boitempo, 2018.
- PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 2012.
- LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estégio superior do capitalismo**. São Paulo : Expressão Popular, 2012.

LÖWY, M. Isto se chama genocídio. Combate Racismo Ambiental. In: Combate Racismo Ambiental. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2020/05/01/isto-se-chama-genocidio-por-michael-lowy/>. Acesso em 01 de 05 de 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo : Boitempo, 2013.

MARX, K. **Glossas Críticas Marginais ao artigo "Rei da Prússia e reforma social: de um prussiano**. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo : Expressão Popular, 2015.

— **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo : Boitempo, 2011.

— **O Capital Vol. III**. São Paulo : Boitempo, 2017.

— **O Capital: Crítica da Economia Política Livro I**. São Paulo : Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**. São Paulo : Boitempo, 2015.

— **A crise estrutural do capital**. São Paulo : Boitempo, 2011.

— **O desafio e fardo do tempo histórico**. São Paulo : Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo : Boitempo, 2018.

— **Crítica à Razão dualista: o ornitorinco**. São Paulo : Boitempo, 2013.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo : Edusp, 2013.

FRANÇA, D. P. I. de. **Um espectro do golpe ronda novamente o Brasil: o golpe aos direitos**. Revista Pegada, Presidente Prudente-SP: 16 de Junho de 2016, Vol. 17, pp. 344-362.

ŽIŽEK, S. Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo. In: MIKE DAVIS *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil : Terra sem Amos, 2020.

Submetido em: agosto de 2020

Aceito em: novembro de 2020